

# LATIN AMERICAN PERSPECTIVES



Chamada de artigos para número temática de *Latin American Perspectives*

## Revisitando a transição democrática brasileira

Editores: Felipe Loureiro, Universidade de São Paulo e  
Daniel McDonald, St Antony's College, University of Oxford

Este dossiê temático reavalia o estado da democracia no Brasil quarenta anos após a eleição do primeiro presidente civil no país em 1985 e depois de 21 anos de ditadura militar (1964-1985), o que abriria caminho para a restauração democrática no maior país da América Latina. Apesar de vigorosa mobilização da sociedade civil, e em meio a grave crise política e econômica, os militares brasileiros conseguiriam exercer um controle significativo sobre o processo de democratização no país. Mesmo assim, esse controle foi muito menor do que o plano de abertura política imaginado por setores das forças armadas em meados da década de 1970, cujo principal objetivo político—além de isolar os militares de punições por violações de direitos humanos e de manter seus privilégios políticos e materiais—era construir uma democracia restrita, com engajamento popular limitado no âmbito político, e com elites partidárias que viessem principalmente da agremiação política que havia sido criada para apoiar a ditadura (ARENA). A complexa dialética entre as forças a favor de uma abertura controlada e as que pressionaram por uma democratização acelerada resultou no ano crucial de 1985, em que o candidato político do regime militar perderia as eleições presidenciais indiretas e uma Assembleia Constituinte seria aprovada pelo Congresso brasileiro, preparando o terreno pela promulgação da constituição mais democrática (1988) da história do país. Ao mesmo tempo, no entanto, a “Nova República” inaugurada em 1985 manteria vários legados autoritários da ditadura e impediria que quaisquer instituições de justiça de transição fossem implementadas no curto prazo.

Quarenta anos depois, no que parece ser uma “eterna transição democrática”, o Brasil vive o que Bernardo Bianchi, Jorge Chaloub, Patrícia Rangel e Frieder Wolf (2021) chamaram de processo de “desdemocratização”, iniciado principalmente após as disputadas eleições presidenciais de 2014, mas acelerado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e pela eleição do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro para a presidência em 2018. A retórica e as atitudes crescentemente antidemocráticas de Bolsonaro durante seu mandato presidencial (2019-2022), em particular sua campanha para desacreditar o sistema eleitoral do Brasil, a politização das Forças Armadas e das polícias militares estaduais, e seu antagonismo frente às instituições sociais, política e judiciárias nacionais—especialmente as que reagiram a seus impulsos autoritários, como o Supremo Tribunal Federal (STF)—culminaram na brutal invasão da capital federal do Brasil em 8 de janeiro de 2023. Os apoiadores de Bolsonaro invadiram e saquearam o

Congresso Nacional, o Palácio presidencial e o prédio do STF, no que alguns entenderam ser a versão brasileira do ataque ao Capitólio nos Estados Unidos, perpetrado por seguidores de Trump em 6 de janeiro de 2021.

A descaracterização proposital e a desconsideração da natureza da ditadura brasileira e da transição democrática pós-1985 exacerbou ainda mais essa tendência de desmocratização. Além disso, o processo de justiça de transição foi lento e brando no Brasil. Não só o país foi a última nação do Cone Sul a ter uma comissão da verdade em 2012-14, mas também nenhum militar brasileiro foi punido em tribunais criminais por violações de direitos humanos. Apesar disso, grupos de extrema direita brasileiros, representados e liderados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda consideram o período que se inaugurou a partir de 1985 como um momento-chave para a construção de uma imaginada “hegemonia esquerdista” no Brasil. Bolsonaro contesta a caracterização dos historiadores do golpe militar de 1964 como tendo sido um golpe, ecoando a terminologia dos militares e de seus aliados de que 1964 fora, na realidade, uma “revolução” que teria supostamente preservado as instituições democráticas no país de uma tomada de poder comunista (Motta 2021). Esse revisionismo histórico justifica as demandas da extrema direita pela restauração da ordem política e social remanescente do regime militar de 1964-1985.

Nesse sentido, o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil (2003-2010, 2023) —Lula foi um dos principais líderes da oposição democrática contra a ditadura no final dos anos 1970 e início dos anos 1980—, após uma tensa e extremamente polarizada eleição presidencial em 2022, seguida do não reconhecimento da derrota eleitoral por parte de Bolsonaro, da crescente radicalização do bolsonarismo enquanto movimento político, e da tentativa de golpe de janeiro de 2023 contra Lula, demonstram a premência de se colocar passado e presente em diálogo. Isso é ainda mais urgente tendo em vista a perigosa penetração do bolsonarismo no interior das instituições estatais do país, incluindo as polícias e as Forças Armadas, e o papel que uma representação descaracterizada da história brasileira durante a ditadura militar e a transição para o regime democrático desempenham no fortalecimento de narrativas conspiratórias em grupos fechados contra a democracia Brasil atual.

Uma tradição intelectual antiga, mas ainda influente, sobre os legados da ditadura e da transição democrática no Brasil formou-se amplamente em torno de dois grandes eixos. Uma linhagem dessa literatura, incluindo obras de Alfred Stepan (1989), Timothy Power (2000) e Frances Hagopian (2006), enfatiza continuidades entre o período autoritário e a conjuntura presente que teriam impedido a plena consolidação da democracia brasileira, apontando especialmente para o controle militar da transição política formal. Outra linhagem, que inclui trabalhos como os de Eder Sader (1988), Sonia Alvarez (1990) e Margaret Keck (1992), salienta momentos de ruptura democrática dentro do processo formal de democratização, apontando para o notável ressurgimento da sociedade civil. Destaca-se também uma florescente onda de estudos contemporâneos que incluem atores sociais anteriormente excluídos das narrativas sobre a transição democrática e que continuam a expandir nossa compreensão das arenas nas quais esse processo foi negociado, para além do foco tradicional na política eleitoral.

Nesse sentido, este dossiê temático da LAP busca aprofundar o entendimento acadêmico sobre a transição democrática no Brasil e suas repercussões no presente por meio de estudos de caso e de trabalhos teóricos, incluindo perspectivas comparativas que examinem a experiência do Brasil em comparação a outros processos de transição. Convidamos submissões sobre todos os objetos relacionados ao tema da democratização brasileira, mas especialmente incentivamos trabalhos

que situem o período de transição no interior de processos históricos e/ou em diálogo a fenômenos contemporâneos. Ao fazê-lo, esta edição visa não apenas produzir uma nova síntese da produção acadêmica contemporânea sobre a democratização brasileira, mas também examinar criticamente a própria noção de “transição democrática” no Brasil. Os artigos podem ser submetidos em inglês, português e espanhol, abordando os recortes abaixo, mas não necessariamente limitados a eles:

- A transição democrática como um processo “pactuado” no interior das relações civis-militares, especialmente questões relacionadas à Lei da Anistia de 1979, direitos humanos e justiça de transição, e desafios à implementação do Estado Democrático de Direito;
- Movimentos sociais, cidadania e democracia; mudanças nas formas de mobilização social, incluindo a “ONG-ização” de movimentos sociais, com focos específicos, mas não necessariamente limitados a grupos representativos de negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, moradores urbanos e rurais, sem-terra e sem moradia, e trabalho organizado;
- A transição democrática e a virada multicultural; raça e identidade no âmbito do processo de democratização;
- A restauração do regime constitucional no Brasil, especialmente as mobilizações sociais em torno, durante e após o processo constituinte de 1987-88;
- Desigualdade socioeconômica e política de bem-estar social, englobando desde a economia política da ditadura, a hiperinflação e o Plano Real, até a criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Democracia e empresariado, relações Estado-empresas, incluindo os debates sobre o processo de privatização de empresas estatais;
- Relações exteriores e desenvolvimento nacional, considerando os limites e possibilidades da política externa no combate aos problemas sociais e econômicos do Brasil, com foco particular no período de “pragmatismo responsável” e nas relações Sul-Sul;
- A extrema direita e as forças conservadoras durante a transição; temores da “ameaça comunista”; e contínua consolidação da direita religiosa, especialmente entre os evangélicos;
- Meio ambiente, mudanças climáticas e democracia; luta pelo desmatamento e degradação na Amazônia; direitos indígenas e soberania no tocante a questões ambientais;
- A mídia e cultura; incluindo as emissoras de televisão e rádio e a imprensa na transição até o presente; o papel de teatro, cinema e outros meios criativos na redemocratização.

## **ENVIAR MANUSCRITOS**

Para evitar duplicar conteúdo, sugerimos que entrem em contato com os editores para informar do seu interesse em enviar um artigo e o assunto que propõe desenvolver. Incentivamos o envio o mais rápido possível, de preferência até 1º de março de 2024, mas esta chamada permanecerá aberta enquanto for publicada no site da LAP.

Os manuscritos devem ter no máximo 8,000 palavras aproximadamente, incluindo notas e referências) em espaço duplo, com fonte de 12, com margens de 1 polegada e devem ser paginados. Os manuscritos devem conter um resumo de no máximo 100 palavras e cinco

palavras-chave mais uma folha de rosto separada, com identificação do autor, filiação e informações de contato, incluindo e-mail e endereços postais.

Favor seguir o guia de estilo disponível em [www.latinamericanperspectives.com](http://www.latinamericanperspectives.com) na seção “Calls for Manuscripts” onde os detalhes sobre o processo de revisão de manuscrito também são encontrados. Os manuscritos devem ser consistentes com a Missão LAP que se encontra sob o título “About” no guia.

Manuscritos podem ser redigidos em inglês, espanhol ou português. Se você não escreve em inglês, com fluência próxima a da nativa, nós preferimos receber manuscritos em sua língua nativa. Manuscritos aceitos em outros idiomas, além do inglês, serão traduzidos por LAP. Caso envie seu artigo em espanhol ou português, indique se terá dificuldade em ler correspondência do escritório da LAP em inglês.

A submissão de um manuscrito implica o compromisso de publicação na revista. Manuscritos devem ser trabalhos originais que não foram publicados em inglês em forma idêntica ou similar em outras fontes e que não estejam sendo submetidos ou considerados para publicação. A política do LAP desencoraja a submissão de autores que publicaram artigos sobre um tópico semelhante no LAP nos últimos três anos. O LAP considerará manuscritos que tenham sido publicados em outro idioma, geralmente com atualização. Publicação anterior deve ser anotada, juntamente com as informações de publicação.

Por favor, não hesite em contactar as editoras com perguntas referentes a esse número, mas a **submissão de artigos deve ser por e-mail diretamente para o escritório LAP em formato Word doc para: [laps@ucr.edu](mailto:laps@ucr.edu)**, coloque seu nome na linha “assunto” como a seguir - "Seu nome - MS para o número da transição democrática brasileira

Em caso de dúvida ou necessidade de maiores esclarecimentos sobre este número especial, por favor envie emails diretamente para os editores:

Felipe Loureiro, Professor Associado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo (USP), and vice coordinator of USP's Extension Committee on the Brazilian Truth Commission (NACE-CNV);  
[felipeloureiro@usp.br](mailto:felipeloureiro@usp.br)

Daniel McDonald, Postdoctoral Fellow, Faculty of History, St Antony's College, University of Oxford  
[daniel.mcdonald@history.ox.ac.uk](mailto:daniel.mcdonald@history.ox.ac.uk)